

Carta Publica

Nós, comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, comunidades remanescentes de Quilombo, comunidades de pescadoras e pescadores artesanais, povos indígenas, organizações sociais, movimentos populares, universidades e demais representantes da sociedade civil, do Sertão do São Francisco e da Bahia, reunidos no Seminário em Defesa dos Territórios Tradicionais, realizado em Juazeiro/BA, no dia 25 de agosto de 2026, viemos a público reafirmar nossa defesa dos povos, comunidades e territórios tradicionais diante do avanço dos conflitos socioambientais que ameaçam nossas vidas, nossos modos de existência e nossos territórios.

Este encontro fortalece a Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais, como espaço de articulação, resistência, denúncia e mobilização dos povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, organizações populares, universidades e entidades comprometidas com a defesa dos direitos territoriais, ambientais, culturais e humanos.

AMEAÇAS:

Nossos territórios vêm sendo cada vez mais pressionados pelo avanço de grandes empreendimentos de geração de energia solar e eólica, linhas de transmissão, mineração, agronegócio, hidronegócio e outras formas de exploração que avançam sobre o Norte da Bahia e outros territórios da Bahia.

Esses projetos, frequentemente apresentados como desenvolvimento e sustentabilidade, têm sido implantados sem o devido respeito aos nossos direitos territoriais, ambientais, culturais e coletivos.

Denunciamos a ausência de informação adequada e transparente, a falta de diálogo verdadeiro e de participação efetiva das comunidades atingidas. Denunciamos também práticas de assédio, pressão, desinformação, promessas enganosas e contratos individuais e sigilosos, que fragilizam as decisões coletivas, provocam conflitos internos e tentam dividir nossas comunidades.

Essas práticas representam também grave desrespeito às nossas formas próprias de organização social, aos nossos processos coletivos de decisão, aos nossos modos de vida e à nossa ancestralidade.

Nossos territórios não são espaços vazios.

São territórios vivos, construídos e preservados por gerações. São espaços de memória, trabalho, produção de alimentos, criação de animais, pesca, extrativismo, cultura, espiritualidade, ancestralidade e reprodução da vida.

Os territórios tradicionais são fonte de água, alimento, saberes e resistência. A relação construída historicamente pelos povos e comunidades com seus territórios contribui para a preservação da biodiversidade e dos biomas e é fundamental para o enfrentamento da crise climática.

Por isso, não aceitaremos que, em nome de uma suposta transição energética ou do desenvolvimento, sejam reproduzidas práticas de expropriação, destruição ambiental e violação de direitos.

Somos contra um modelo que concentra lucros e distribui impactos, transformando nossos territórios em áreas de sacrifício.

Queremos uma matriz energética construída com justiça social, ambiental e territorial, diálogo e participação efetiva das comunidades.

Reafirmamos que nenhum empreendimento pode ser considerado sustentável quando viola direitos, destrói ecossistemas, fragmenta comunidades e ameaça a continuidade dos modos de vida dos povos tradicionais.

Denunciamos, ainda, a violação do direito à consulta prévia, livre, informada, de boa-fé e culturalmente adequada, assegurado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Também denunciamos a omissão dos órgãos públicos que têm o dever de prevenir violações e garantir a proteção dos direitos territoriais, ambientais, culturais e humanos das comunidades.

REAFIRMAMOS

Nosso compromisso com:

- a defesa dos territórios tradicionais e de seus modos de vida;
- o direito à consulta prévia, livre, informada, de boa-fé e culturalmente adequada;
- a proteção da água, da biodiversidade, da Caatinga e dos demais biomas;
- o fortalecimento das formas próprias de organização e decisão coletiva das comunidades;
- o enfrentamento às violações de direitos e às diferentes formas de injustiça ambiental e territorial;
- a construção de modelos de desenvolvimento baseados na justiça social, ambiental e territorial.

NOSSOS ENCAMINHAMENTOS

Como resultado deste Seminário, assumimos o compromisso de fortalecer uma agenda permanente de defesa dos territórios tradicionais, com os seguintes encaminhamentos:

1. Fortalecer a Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais, ampliando a articulação entre povos e comunidades, movimentos sociais, organizações populares, universidades e entidades de apoio.
2. Criar e fortalecer mecanismos de monitoramento dos conflitos socioambientais, identificando, registrando e divulgando violações relacionadas à implantação de grandes empreendimentos.
3. Promover processos de formação e educação popular sobre direitos territoriais, ambientais e culturais, especialmente sobre o direito à consulta prévia e os instrumentos de defesa das comunidades.
4. Exigir aos órgãos públicos transparência e acesso à informação, garantindo às comunidades o conhecimento sobre projetos, estudos ambientais, licenças, mapas, traçados e impactos dos empreendimentos.
5. Defender o direito à consulta prévia, assegurando que povos e comunidades tradicionais sejam ouvidos e participem efetivamente desde as etapas iniciais dos projetos que possam afetar seus territórios e modos de vida.
6. Construir uma agenda comum de incidência política e institucional, articulando ações junto aos órgãos públicos e instituições responsáveis pela proteção dos direitos das comunidades.
7. Fortalecer a comunicação popular, combatendo a desinformação e dando visibilidade às violações de direitos e às experiências de resistência dos povos e comunidades.
8. Fortalecer a articulação entre comunidades, movimentos e universidades, estimulando estudos, mapeamentos, assessoria técnica e produção de conhecimentos comprometidos com as lutas dos territórios.
9. Cobrar dos órgãos públicos competentes a identificação, regularização, gestão e titulação das terras públicas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas, garantindo a segurança e a permanência das comunidades;
10. Exigir a revisão da situação territorial do Parque Boqueirão da Onça e reivindicar a adoção de medidas que compatibilizem a proteção ambiental com a permanência e a reprodução dos modos de vida tradicional.
11. Contribuir para a formação de lideranças políticas, principalmente os jovens, comprometidas com as pautas da Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais.
12. Contribuir para a construção de mecanismos de participação popular.
13. Construir um fórum do Território Sertão do São Francisco.
14. Cobrar o fortalecimento das instituições de fiscalização ambiental.

NOSSO CHAMADO

Esta Carta é também um chamado à união e à mobilização.

Chamamos os povos e comunidades tradicionais, organizações sociais, movimentos populares, universidades, entidades de apoio e toda a sociedade a se somarem à Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais.

Defender os territórios tradicionais é defender a água, a biodiversidade, a produção de alimentos, a memória, a cultura e a própria vida.

Não há justiça climática sem justiça territorial.

Não há transição energética justa sem respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Nossos territórios não são espaços vazios. Nossos territórios têm povos, história e vida.

Seguiremos unidos e unidas na defesa de nossos direitos, de nossos territórios e de nossas formas de existir.

Em defesa dos territórios tradicionais!

Pela vida, pela água, pela Caatinga, pelos povos e comunidades tradicionais e por justiça social, ambiental e territorial!